

Processo: 0002452-92.2014.8.19.0064

Fls.

2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Requerente: FERREIRA E LUZ CONFECÇÕES LTDA

Habilitante: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Habilitante: GREEN DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Habilitante: BANCO BRADESCO S/A

Habilitante: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Habilitante: W.C.E FACTORING E FOMENTO MERCANTIL LTDA.

Habilitante: V.M. RAMOS & CIA LTDA.

Habilitante: SOMELOS TECIDOS BRASIL LTDA

Habilitante: BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA.

Habilitante: BANCO DO BRASIL S/A.

Habilitante: BANCO SANTANDER BRASIL S/A

Habilitante: COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

Habilitante: SUPER MATRIZ AÇÓS LTDA

Interessado: TECELAGEM PANAMERICANA LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Soraya Pina Bastos

Em 07/02/2018

Jose Moreira Guedes
Analista Judiciário
Matrícula: 11/21912

Decisão

Chamo o feito à ordem e determino o desentranhamento de todas as habilitações de crédito retardatárias e a intimação das partes para a devida distribuição por dependência, com a devida certificação. ✓

Determino à serventia que certifique quanto à tempestividade de todas as habilitações, observando-se o prazo previsto no §1º do artigo 7º da lei 11 101/05. ✓

Considerando a data da distribuição da presente recuperação; a não indicação, até o momento, de data para realização da Assembleia Geral de Credores; a perda, por parte da recuperanda, do prazo para adesão ao Refis; as múltiplas atividades do atual administrador e do assessor contábil: um oficial de justiça e Síndico de massas falidas e o outro, advogado militante no foro, verifico a necessidade de atuação do administrador judicial especializado na matéria em questão.

Por esse motivo:

(i) Nomeio, em substituição ao administrador judicial, Marcello Macêdo Advogados, tendo por representante junto a este juízo o Dr. Marcello Ignácio Pinheiro de Macêdo, OAB/RJ 65.541, que deverá ser intimado para cumprir o encargo, com observância aos preceitos contidos nos artigos 22 e seguintes da Lei 11.101/05 e apresentar sua proposta de honorários, ciente de que:

(i.a) Deverá elaborar, no prazo de 15 (quinze) dias, relatório circunstanciado de toda a atividade desempenhada pela recuperanda, de caráter financeiro, econômico e quanto a sua atividade fim, à

SORAYABASTOS



201

luz do princípio da transparência, visando a demonstrar ao juízo e aos credores a verdadeira realidade econômico-financeira da sociedade, nos termos do artigo 22, II, "a" (primeira parte) e "c" da Lei 11.101/05;

(i.b) Deverá apresentar os relatórios mensais quanto ao desenvolvimento da atividade das requerentes (artigo 22, II, "c", segunda parte, da Lei 11.101/05), que não se confunde com o protocolados pelo A. J. em um incidente ao processo principal, iniciado pelo relatório mencionado no item 1.2, juntando os demais, mensalmente e no mesmo feito, ficando à disposição dos credores e interessados;

(ii) Determino que após a regularização das habilitações de crédito, seja intimado o novo administrador para a devida manifestação.

(iii) Ao Administrador Judicial caberá, ainda, fiscalizar e auxiliar o andamento regular do procedimento e o cumprimento dos prazos legais.

(iv) Determino à requerente que apresente contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores.

(v) Determino que a requerente comprove, em dez dias o regular pagamento do assessor contábil.

(vi) Observando os princípios da celeridade processual e eficiência da prestação jurisdicional, evitando-se tumultos no regular andamento do feito - que precisa tramitar de forma rápida, limito a intervenção dos credores e terceiros interessados nos autos principais da presente Recuperação Judicial, salvo quando determinado por lei, como por exemplo, apresentação de objeções ou recursos. Qualquer requerimento estranho ao regular andamento do feito deverá ser apresentado em apartado, em procedimento incidental, dando-se vista à requerente, ao Administrador Judicial e ao Ministério Público, vindo os autos conclusos em seguida.

Cabe transcrever recente julgado quanto ao tema:

"AGRAVO INOMINADO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MANIFESTAÇÃO DOS CREDITORES. AUTOS SUPLEMENTARES. COMITÊ DE CREDITORES E ADMINISTRADOR JUDICIAL. ATRIBUIÇÕES LEGAIS. DECISÃO MANTIDA. 1. Da análise da decisão ora guerreada, constata-se que não se privou a parte credora de se manifestar sobre as questões ventiladas e decididas na recuperação judicial, não havendo de se falar em violação ao princípio da transparência e ativismo dos credores. Na verdade, o que se primou, frise-se, corretamente, foi evitar a balbúrdia processual, com manifestações dos mais variados tipos de credores e com pleitos e intentos diversos nos autos da recuperação judicial. 2. Ademais, o Juízo a quo tão somente 'abriu os olhos' ao disposto no artigo 27, inciso I, alínea 'd', e artigo 28, ambos da Lei 11.101/2005, segundo os quais, na recuperação judicial, incumbe ao Comitê de Credores apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados e, na sua falta, ao Administrador Judicial e, ainda, na incompatibilidade deste, ao juiz exercer tal atribuição, cuja observância se impõe. 3. Assim, não se está expurgando do processamento da recuperação judicial a parte credora, nem tampouco suas eventuais impugnações. Outrossim, em momento algum se proibiu ao credor o acesso aos autos ou o conhecimento acerca dos atos processuais que por ventura forem praticados nos autos principais, ressaltando-se que a mera determinação de que as reclamações sejam realizadas em autos suplementares não enseja violação a qualquer garantia constitucional. 4. Não se olvida que a recuperação encontra-se na fase postulatória, inexistindo notícia de deliberação acerca de eventual plano de recuperação, e, por isso, nada obsta que posteriormente apresentem os credores, objeção ao plano apresentado, nos moldes do artigo 55 da Lei 11.101/2005. 5. Saliente-se que não há na Lei citada qualquer óbice à instauração de autos suplementares, tampouco determinação para que as objeções e/ou manifestações dos



201

credores tenham que ser acostadas aos autos principais e decididas sem a participação do Comitê dos Credores ou até mesmo da assembleia-geral de credores, a quem compete deliberar acerca da aprovação ou não do plano de recuperação (art. 56). 6. Ora, no caso concreto, nítida a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como à legislação que trata da matéria, ao permitir as manifestações dos credores, ainda que em autos suplementares e com pronunciamento do comitê ou do administrador nomeado a respeito da pretensão manifestada, TRJ. 7. Dessa forma, mantém-se a decisão recorrida, por guardar consonância com a legislação repita-se, titulares de atribuições expressamente previstas na Lei 11.101/2005. Precedente do (TJRJ, Agravo Inominado no Agravo de Instrumento n. 0021393-54.2015.8.19.0000, Rel.Des. José Carlos Paes, Décima Quarta Câmara Cível, j. 24.06.2015).

(vii) Defiro a criação de um anexo, ou incidente, com segredo de justiça, para o qual deverão ser direcionadas as informações referentes à relação integral dos empregados e dos bens particulares dos sócios, em cumprimento ao artigo 51, IV e VI da Lei 11.101/2005, em respeito aos direitos de personalidade e ao princípio constitucional da inviolabilidade da vida privada previsto no artigo 5º, X da CRFB, cujo acesso somente se dará com a autorização deste juízo, mediante requerimento justificado.

(viii) Ao cartório, sem prejuízo de todas as providências já indicadas, DETERMINO ABSOLUTA ATENÇÃO para que se evite tumulto processual.

(ix) Eventuais petições de (habilitações) e (divergências) de crédito que forem apresentadas equivocadamente perante este juízo na fase de verificação administrativa dos créditos deverão ser excluídas, intimando-se por ato ordinatório os respectivos credores, sob pena de perda do prazo.

(x) Dê-se vista ao Administrador Judicial no que toca aos outros feitos relacionados à recuperanda.

Intimem-se.

Valença, 07/02/2018.

Soraya Pina Bastos - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Soraya Pina Bastos

Em 07/02/18

José Moreira Guedes
Analista Judiciário
Matrícula 91121912

Código de Autenticação: **4DLW.ADW5.87SK.V76V**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br - Serviços - Validação de documentos